

# JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.469 – BRASÍLIA, QUINTA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 2002

## Senado aprova projeto que reconhece a língua de sinais

O poder público deve garantir formas de apoiar o uso e a difusão da Língua Brasileira de Sinais, praticada por surdos e mudos, como meio de comunicação objetiva, conforme projeto que será enviado à sanção presidencial. Foi também decidida a inclusão desse sistema linguístico em cursos de formação de professores e fonoaudiólogos.

PÁGINA 5



Bernardo Cabral preside reunião da CCJ que aprovou a PEC sobre coligações e várias outras matérias

## Comissão acata proposta que libera as coligações partidárias

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado aprovou ontem proposta de emenda constitucional que permite aos partidos fazerem as coligações que desejarem. A PEC revoga, na prática, decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) que obriga os partidos a repetirem nos estados as alianças acertadas em nível nacional. Na reunião de ontem, a CCJ aprovou várias outras propostas.

PÁGINAS 6 E 7

## Reforma do Judiciário vai agora ao Plenário

Está pronto para ir ao Plenário o texto final da proposta de reforma do Judiciário, anunciou ontem o presidente da CCJ, senador Bernardo Cabral.

PÁGINA 6

Célio Azevedo

## Correio eletrônico pode ser usado em processos

Projeto aprovado ontem pela Comissão de Justiça do Senado, em caráter terminativo, permite o uso de sistema de transmissão de dados e correio eletrônico em atos processuais.

PÁGINA 6

## Maior rigor para má gestão na previdência

A má gestão de recursos das entidades fechadas de previdência complementar pode ser punida com até oito anos de reclusão. A pena está prevista em projeto aprovado pela Comissão de Justiça.

PÁGINA 6

## Novas leis deverão combater narcotráfico

PÁGINA 3



Márcia Kalume

Iris (segundo à esquerda) preside reunião da Comissão de Segurança, que pretende alterar legislação sobre drogas



José Cruz

Sessão convocada por Ramez Tebet será realizada a partir das 14h, no Plenário do Senado

## Congresso vota normas para tramitação de MPs

O presidente do Senado, Ramez Tebet, convocou para as 14h de hoje sessão conjunta do Congresso para exame de várias matérias. Entre outros assuntos, será votada a abertura de crédito suplementar, no valor total de R\$ 26 milhões, em favor da Justiça Eleitoral.

Na mesma sessão, marcada para o Plenário do Senado, deverá ser votado projeto de resolução do Congresso fixando normas para tramitação das medidas provisórias.

Também está prevista apreciação de matérias autorizando a execução de contratos rodoviários no Nordeste e de obras de modernização e recuperação da infraestrutura física das instituições federais de ensino superior.

## Senado vai homenagear CNBB em sessão solene

Na presidência dos trabalhos do Plenário, o senador Edison Lobão (PFL-MA) anunciou ontem a realização de sessão solene do Senado, no dia 23 de maio, em homenagem aos 50 anos de fundação da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

Lobão comunicou que o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), presidente do Conselho Editorial do Senado, vai representar a Casa na 17ª Bienal do Livro, a realizar-se em São Paulo, no mês de maio. No evento, serão divulgados 12 títulos editados pelo Senado.

# Comissão do Rio São Francisco discute taxa por uso de água

Dirigente do Comitê para Integração do Rio Paraíba do Sul falou aos senadores sobre a implementação da cobrança na região

A Comissão de Revitalização do Rio São Francisco ouviu na tarde de ontem o secretário-executivo do Comitê para Integração do Rio Paraíba do Sul, Edilson de Paula Andrade, que apontou as dificuldades para implantar o comitê e mencionou as experiências de revitalização já desenvolvidas na bacia, entre elas a de implementar a cobrança pelo uso das águas do rio. O depoimento do secretário foi solicitado com o objetivo de colaborar para a implantação do comitê do Rio São Francisco, ressaltou o relator, senador Waldeck Ornélas (PFL-BA).

Entre as idéias do Comitê do Rio Paraíba do Sul que chamaram a atenção da comissão está a de fazer com que indústrias e produtores agrícolas paguem pelo uso das águas do rio. Edilson Andrade



Márcio Kallume

Heloísa Helena e Waldeck Ornélas (à mesa) ouvem depoimento de Edilson de Paula Andrade

de ressaltou que já foram iniciados estudos de impacto econômico para analisar a viabilidade da criação da taxa e informou que, inicialmente, a proposta é cobrar R\$ 0,02 por metro cúbico de água.

A sugestão é que o valor da taxa varie de acordo com a quantidade de água consumida pelas empresas, para estimular a racionalização do consumo. Os agricultores que dispuserem de um sistema de irrigação mais econômico serão beneficiados com taxas reduzidas, comparativamente aos que praticam uma irrigação intensiva. Também terão direito a taxas menores as empresas ou indústrias que tratem o próprio esgoto.

O objetivo da cobrança, salientou Edilson, não é arrecadar recursos para o Tesouro, mas garantir meios necessários para que o rio seja revitalizado e mantenha o volume regularizado.

Para Waldeck Ornélas, em função da enorme quantidade de usinas hidrelétricas, no caso específico da bacia do Rio São Francisco deve ser priorizada a cobrança dos setores elétricos.

## Carlos Bezerra defende implantação de hidrovias

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) defendeu a viabilização da hidrovias Araguaia-Tocantins, ressaltando que a região a ser beneficiada com a obra, que representa mais da metade do território do país, é cortada por vasta rede de rios e possui o mais amplo sistema hidroviário do planeta. O senador lembrou os altos custos do transporte rodoviário e disse que "não se pode perder mais tempo em discussões e com guerrilhas jurídicas e pseudoecológicas para embargar o desenvolvimento de uma vasta área ainda praticamente inexplorada do território".

— Como todo projeto sujeito à

polêmica, a hidrovias Araguaia-Tocantins tem sido estigmatizada como o demônio que irá destruir a paz e o sossego do grande coração natural do Brasil. Não podemos aceitar tal pecha, pois ela carece de verdade e vem eivada de preconceitos e muito provavelmente de interesses de uma parte dos que a combatem — disse.

Carlos Bezerra salientou que boa parte da produção da região destina-se ao hemisfério Norte, sendo ilógico seu transporte para os portos do Sudeste, quando o Porto de Suape, no Maranhão, é a saída natural para o Equador. O parlamentar explicou que, como o sistema de transporte para o Sul-Sudeste é

melhor, mesmo com o acréscimo de custo, os produtos têm que escoar por aquele caminho.

A bacia Araguaia-Tocantins, informou o senador, tem uma demanda prevista de produção a escoar, em 2004, de mais de 7 milhões de toneladas. Se esse deslocamento for transferido do Sul para o Norte, a economia, de acordo com estudos recentes, será de praticamente US\$ 20 por tonelada, em um custo atual de US\$ 75.

Ele disse que "é difícil aceitar o embargo de um projeto tão importante para o desenvolvimento nacional com base em argumentos de destruição ambiental e de agressão às comunidades indígenas".



## AGENDA

QUINTA-FEIRA, 4 DE ABRIL DE 2002

Presidente  
Ramez Tebet

11h — Recebe o ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer  
11h30 — Preside sessão deliberativa ordinária do Senado Federal  
14h — Preside sessão conjunta do Congresso Nacional

### PLENÁRIO

10h — Sessão deliberativa ordinária  
11h30 — Comparecimento do ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, para prestar esclarecimentos sobre as medidas protecionistas norte-americanas no setor siderúrgico, seus efeitos na economia brasileira e no comércio exterior, e as medidas que serão adotadas pelo governo brasileiro.

14h — Sessão conjunta do Congresso Nacional  
Pauta: PRN nº 5/01, dispõe sobre a apreciação, pelo Congresso Nacional, das medidas provisórias a que se refere o artigo 62 da Constituição federal; PLN nº 1/02, abre ao Orçamento Fiscal da União crédito suplementar no valor de R\$ 26 milhões, em favor da Justiça Eleitoral, para reforço de dotação constante do orçamento vigente; PDN nº 1/02, autoriza a execução de contratos relativos à dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 no subtítulo 26.782.0235.5728.0009 — Adequação de Trechos Rodoviários no Corredor Nordeste-BR-232/PE-Recife-Caruaru, da Unidade Orçamentária 39.252 — DNIT; PDN nº 2/02, autoriza a execução orçamentária da dotação consignada no Orçamento Fiscal da União para 2002 do subtítulo 12.364.0041.5081.0053 — Modernização e Recuperação da Infra-Estrutura Física das Instituições Federais de Ensino Superior e dos Hospitais de Ensino, no Distrito Federal, constante do Quadro VII da Lei nº 10407/02; e PDN nº 3/02, especifica contratos relativos à dotação consignada no Orçamento de Investimentos da União para 2002 no subtítulo 25.752.0296.3422.0001 — Implantação do Sistema de Transmissão de Itaipu (PR)-São Paulo (SP) (Ivaiporã-Itaberá-Tijuco Preto) (585 quilômetros e linha de transmissão e subestações associadas) — Nacional (condicionado ao atendimento do artigo 12 desta lei), da Unidade Orçamentária 32.228 — Furnas Centrais Elétricas, cuja execução fica autorizada. *Plenário do Senado*

### COMISSÕES

9h30 — Comissão Mista de Orçamentos  
Pauta: apreciação de relatórios. *Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

10h — Comissão Mista de Segurança  
Pauta: discussão e votação de projetos de reestruturação da polícia. *Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3*

### PREVISÃO PLENÁRIO

Sexta-feira  
9h — Sessão não deliberativa

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

#### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet  
1º Vice-Presidente: Edison Lobão  
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares  
1º Secretário: Carlos Wilson  
2º Secretário: Antero Paes de Barros  
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti  
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira  
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Lara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva  
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo  
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações



Segundo Lauro, lugar onde caberiam tantos feudos não comporta meia dúzia de sem-terra

## Lauro: Córrego da Ponte poderia abrigar 23 feudos

Informando que o território da Inglaterra, em 1080, era dividido entre 60.215 senhores feudais, o senador Lauro Campos (PDT-DF) afirmou que caberiam na área da fazenda Córrego da Ponte, que pertence à família do presidente Fernando Henrique Cardoso, 23,1 daquelas propriedades de senhores feudais. Naquela época, acrescentou o senador, cada feudo possuía uma área aproximada de 216 hectares.

— No lugar onde caberiam 23,1 senhores feudais na Inglaterra em 1080, a modernidade não comporta nem sequer meia dúzia de trabalhadores sem terra. O presidente Fernando Henrique, este senhor dos senhores feudais, não admite diminuição alguma do seu super-feudo — afirmou.

O senador também criticou a utilização das Forças Armadas para defender as terras da família do presidente. Ele discordou das comparações feitas de que a fazenda deveria ser protegida por ser um símbolo da República, como a Bandeira, o Hino e as Armas.

Registrando que sua família foi a maior proprietária de terras em Minas Gerais há alguns séculos, Lauro Campos disse que, ao invés de ser um defensor da propriedade fundiária, ele a considera como um símbolo de dominação e concentração de renda, poder e capital.

— A verdadeira escritura de uma propriedade é lavrada pelo trabalho humano — afirmou.

JOSAPHAT

Lauro Campos também lamentou a morte do ex-senador Josaphat Marinho e disse que recebeu a notícia com surpresa e amargura. O senador falou do respeito, da admiração e do encantamento que tinha pelo ex-parlamentar, falecido sábado último.

— Ele nos deixou, mas sua obra, seu exemplo, sua dignidade e sua coragem servem de modelo, que sabemos ser difícil de imitar — disse.

# Comissão propõe leis mais duras para o combate ao narcotráfico

Proposta que ainda será votada na Câmara dos Deputados e no Senado faz distinção entre usuário e dependente, mas não prevê a descriminação do consumo dos entorpecentes leves

Os integrantes da Comissão Mista de Segurança Pública, presidida pelo senador Iris Rezende (PMDB-GO), aprovaram ontem alterações na legislação que regula a prevenção e a repressão ao uso e à venda de drogas e o tratamento dos dependentes, tendo este ponto suscitado maior polêmica.

A proposta trata de forma diferente usuários e dependentes de drogas. No entanto, não propõe a descriminação do uso dos chamados entorpecentes leves, como a maconha. O deputado Marcos Rolim (PT-RS) sugeriu que o projeto deixasse clara a diferença entre os usuários, dependentes e traficantes, de forma a estabelecer a necessidade de tratamento e o caráter não criminal da atitude dos primeiros, e, em contrapartida, o endurecimento das penalidades para os que se enquadrem no segundo grupo.

— Uma legislação dura contra

usuários de drogas, ou contra quem eventualmente vende uma quantidade pequena de entorpecentes, apenas aumenta a demanda por encarceramento no Brasil, alimentando esta máquina de criminosos que é o sistema prisional brasileiro — disse Rolim.

Segundo o relator-geral da co-

missão, deputado Moroni Torgan (PFL-CE), e o sub-relator, deputado Magno Malta (PL-ES), os atuais sistemas policial e de assistência à saúde não permitem a descriminação de qualquer tipo de droga. Torgan disse que, apesar dos recursos da medicina, é muito difícil dizer se alguém é usu-

ário ou dependente. — Além do mais, não é verdade, e as estatísticas provam isso, que a liberação da droga, mesmo no caso das drogas “leves”, como é dito da maconha, reduz o narcotráfico. Também é falsa a idéia de que o usuário ou dependente desse tipo de droga tem malefícios similares aos dos fumantes de tabaco ou usuários do álcool. É provado que, além dos graves males que causam a si mesmos, os usuários ainda influenciam outros a se viciarem — alegou Torgan.

Uma novidade é a decretação de prisão preventiva de acusados de tráfico, caso haja provas suficientes do crime. Além disso, será decretada a indisponibilidade cautelar e automática dos bens, direitos e valores que lhes pertençam e que sejam produto da atividade criminosa.



Parecer foi aprovado pela Comissão de Segurança Pública após demorado debate

## Senado aprova a indicação de dois embaixadores e um ministro do STF

O Plenário do Senado aprovou ontem, em votação secreta, mensagem do presidente da República indicando o nome do diplomata José Alfredo Graça Lima para exercer o cargo de embaixador-chefe da Missão do Brasil junto às Comunidades Européias.

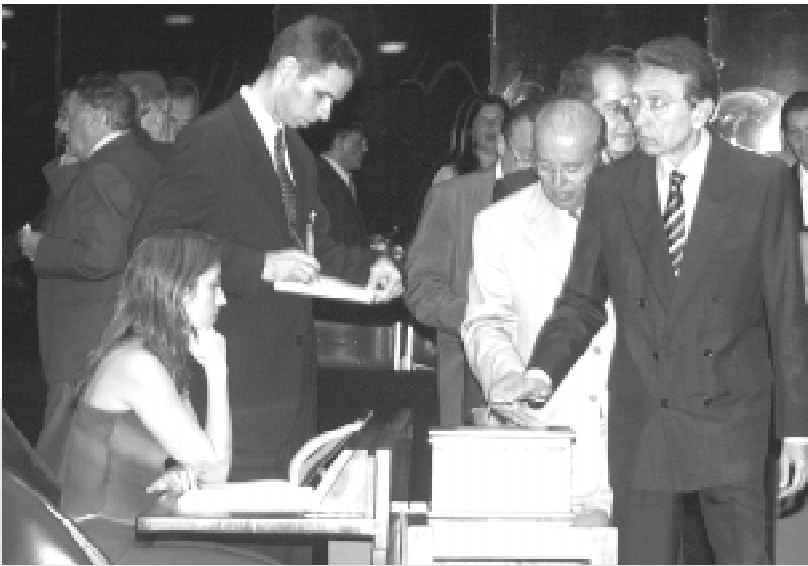
Os senadores aprovaram ainda, em votação secreta, a mensagem de indicação do tenente-brigadeiro-dor Henrique Marini e Souza para exercer o cargo de ministro do Supremo Tribunal Militar, na vaga decorrente da aposentadoria do tenente-brigadeiro-dor João Felipe Sampaio de Lacerda Júnior.

Também foi aprovada pelo escrutínio secreto a indicação

de Renato de Lacerda Paiva, juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 2ª Região, para compor o Tribunal Superior do Trabalho no cargo de ministro vitalício, em vaga reservada a juízes de carreira da magistratura traba-

lhista e decorrente da aposentadoria do ministro José Luiz Vasconcelos.

As três decisões do Senado serão comunicadas agora ao presidente Fernando Henrique Cardoso.



As mensagens presidenciais foram acolhidas pelo Plenário em votação secreta

## Iris defende rigor na repressão a entorpecentes

O presidente da Comissão Mista de Segurança, senador Iris Rezende (PMDB-GO), defendeu ontem o endurecimento da legislação penal no que diz respeito à repressão ao tráfico de entorpecentes. Ele elogiou a decisão da comissão que, ao aprovar o texto que trata do assunto, criou novos mecanismos de repressão a este tipo de crime.

— Como cidadão e parlamentar entendo que não pode existir condescendência em relação aos que praticam delitos, sobretudo no que diz respeito ao tráfico de drogas. A posição majoritária na comissão é de cercar por todos os lados os criminosos, impondo restrições à sua liberdade e ao uso dos recursos oriundos dos lucros da atividade ilícita — afirmou Iris Rezende.

A Comissão de Segurança volta a se reunir hoje, a partir das 10h, para votar três propostas de emenda à Constituição e um projeto de lei que permitem a unificação das polícias civil e militar.

# Senadores querem incentivar festivais de cinema

Lúcio Alcântara, Francelino Pereira e Roberto Saturnino vão ao Ministério da Cultura discutir regra de incentivos fiscais para captação de recursos destinados ao financiamento de atividades artísticas

Em reunião realizada ontem com representantes do Fórum dos Festivais, os senadores Lúcio Alcântara (PSDB-CE), Francelino Pereira (PFL-MG) e Roberto Saturnino (sem partido-RJ) comunicaram que irão solicitar audiência com o secretário do Audiovisual do Ministério da Cultura, José Álvaro Moisés, para discutir possível retificação na interpretação do artigo 53 da Medida Provisória (MP) nº 2.281. O artigo trata de incentivos fiscais para a captação de recursos a serem aplicados no financiamento de algumas atividades artísticas.

Os representantes do fórum rei-

vindicam 100% de incentivos fiscais para os festivais. Conforme o presidente da entidade, Antônio Leal, são os festivais que lançam comercialmente os filmes, concretizando a "difusão do acervo audiovisual", prevista na lei. Ainda de acordo com Leal, anualmente são realizados 62 mostras e festivais brasileiros de cinema e vídeo de vários formatos e abrangências – do regional ao internacional –, incluindo os realizados no exterior e dedicados exclusivamente à produção brasileira.

Ele destacou que os festivais estão desconcentrando a exibição de filmes dos grandes centros e

permitindo que o cinema brasileiro seja visto de forma mais democrática e abrangente por mais de um milhão de espectadores/ano. A realização desses eventos movimenta cerca de R\$ 35 milhões por ano em recursos financeiros, apoios e parcerias.

Também participaram do encontro com os senadores Vilma Lustosa, responsável pelo Festival Rio-BR; Quintino Vargas, do Festival de Tiradentes; Wolnei Oliveira, do Festival de Fortaleza; Cláudia Dutra, do Festival Brasileiro de Miami; Iafa Britz, do Festival de Búzios; e Maria Abdala, do Festival Goiânia Mostra Curtas, entre outros.



Roberto Saturnino e Lúcio Alcântara na reunião com representantes do Fórum dos Festivais

## Luiz Otávio homenageia a memória de maestro paraense

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) homenageou a memória do maestro paraense Wilson Fonseca, o Mestre Isoca, falecido recentemente, aos 89 anos de idade. O senador registrou que o maestro, que também era membro da Academia Paraense de Letras, foi reconhecido como o maior compositor do município de Santarém em todos os tempos.

Luiz Otávio lembrou que Mestre Isoca compôs sua primeira música, a valsa denominada *Beatrice*, em 1931. O trabalho do maestro, segundo o senador, não se resumiu a composições musicais; entre suas obras inéditas está um rico

trabalho literário sobre o folclore na Amazônia, em 12 volumes.

– O Pará perde um grande talento, e a Academia Paraense de Letras o mais brilhante dos seus membros – disse Luiz Otávio, para quem, mesmo reconhecido internacionalmente, o maestro preferiu permanecer em Santarém, "num raro exemplo de civismo e amor à Amazônia e ao país".

O senador acrescentou que Mestre Isoca deixou aos filhos uma formação cristã e uma tradição musical que já está na quinta geração. E recordou palavras de membros da Academia Paraense de Letras, como Leonam Cruz, para



Segundo Luiz Otávio, "o Pará perde um grande talento" com a morte de Mestre Isoca

quem "Mestre Isoca é um produto que veio do interior do estado, que fala do folclore amazônico e da dignidade de nossa arte. Apesar de ser autodidata, se projetou internacionalmente, em virtude da riqueza do seu trabalho".



Ramez Tebet (à direita) com o novo presidente do Superior Tribunal de Justiça, Nilson Naves, e o vice-presidente da República, Marco Maciel

## Ramez Tebet comparece à posse de presidente do STJ

O presidente do Senado, Ramez Tebet, compareceu ontem à posse do novo presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Nilson Naves, e do vice, Edson Carvalho Vidigal. Além de Tebet, estiveram presentes à cerimônia o vice-presidente da República, Marco Maciel, os senadores Amir Lando (PMDB-RO) e Chico Sartori (PSDB-RO), além do governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, entre diversas outras autoridades.

cisa de mais recursos financeiros e menos recursos processuais". Nilson Naves disse ainda, em entrevista, contar com o Congresso Nacional para auxiliar o Superior Tribunal de Justiça a ater-se a matérias de sua competência. De acordo com o novo presidente, muitos processos que não deveriam estar no STJ foram examinados pelos ministros daquele tribunal, que julgou 200 mil causas no último ano.

ECT

Em seu discurso de posse, o novo presidente do STJ afirmou que muitas iniciativas para agilizar o trabalho do Judiciário têm partido dos próprios juízes. Para Naves, não se pode debitar aos juízes as deficiências da administração da Justiça brasileira, entre elas a errônea distribuição de competências institucionais, a falta de recursos financeiros, o déficit de juízes e a lentidão. Esta última acontece, na opinião do presidente do STJ, por causa do número insuficiente de juízes.

Naves afirmou que, ao entregar sugestões para o projeto de reforma do Judiciário ao presidente do Senado, Ramez Tebet, teria dito que "o Judiciário pre-

Ramez Tebet concedeu audiência ontem a um grupo de servidores da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), tendo à frente Maurício Lameirão e Asclepiades de Oliveira Filho, da Federação das Associações dos Aposentados da ECT. Eles defenderam a aprovação de projeto da Câmara alterando a Lei nº 8.529/92, em tramitação na Comissão de Assuntos Sociais e tendo como relator o senador Luiz Otávio (PPB-PA).

Segundo os visitantes, o projeto visa corrigir ambigüidade na redação da lei que tem motivado discussão de direitos dos funcionários na Justiça, e Tebet teria manifestado disposição de acompanhar com atenção a tramitação da matéria.

## Suplicy defende divulgação de lista de servidores do Senado

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) reapresentou ontem projeto de resolução que obriga a afixação de quadro contendo os nomes de todos os servidores do Senado, bem como os cargos que ocupam e os respectivos horários de trabalho. Com a proposta, o senador acredita que será garan-

tida maior transparência aos atos administrativos da Casa.

De acordo com o projeto, explicou Suplicy, o Senado também ficaria obrigado a publicar anualmente, no *Diário Oficial* da União, relação atualizada com os nomes, cargos e a remuneração de todos os servidores (ativos e inativos)

da Casa. Também haveria a obrigação de publicar relatório mensal de todas as compras e serviços contratados pelo Senado.

– Na história dos parlamentos brasileiros, municipais, estaduais e federais, muitas vezes se aprovou aumento salarial, tanto para os parlamentares quanto para os servi-

dores, sem a devida transparência. Isso acabou gerando abusos, e distorções ocorreram. O assunto merece reflexão, e é preciso adotar medidas para tornar mais transparente, para nós mesmos e para a sociedade, a informação sobre quem trabalha no Senado e qual é a sua remuneração – defendeu.



Suplicy diz que projeto pode propiciar maior transparência aos atos administrativos do Senado

# Plenário aprova adoção da língua de sinais

O sistema lingüístico de natureza visual-motora, capaz de transmitir idéias e fatos e utilizado por surdos e mudos, deverá ser apoiado pelo poder público e empresas concessionárias. O projeto vai agora à sanção presidencial



Ramez Tebet, presidente do Senado, congratulou as entidades de surdos e mudos que assistiram à sessão

Genildo Magela

O Senado reconheceu ontem a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, entendendo que esse sistema lingüístico de natureza visual-motora é capaz de transmitir idéias e fatos, como o praticam as comunidades de pessoas surdas. O projeto, saudado por inúmeros representantes de entidades de deficientes auditivos que se encontravam na galeria do Plenário, vai agora a sanção presidencial.

De autoria da ex-senadora Benedita da Silva, o projeto estabelece que o poder público e as empresas concessionárias de serviços públicos devem garantir formas institucionalizadas de apoiar o uso e difusão da Língua Brasileira de Sinais como meio de comunicação objetiva.

Foi também decidido que o sistema educacional deve garantir a inclusão do ensino da Língua Brasileira de Sinais, como parte integrante dos Parâmetros Curriculares Nacionais, nos cursos de formação de Educação Especial, Fonoaudiologia e Magistério. Relator da matéria na Comissão de Educação, o senador Geraldo Cândido (PT-RJ) disse que a iniciativa democratiza o conhecimento para o grupo social de surdos e mudos, que totaliza quase 3 milhões de brasileiros.

## EXEMPLO

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) louvou a língua dos surdos falando do “extraordinário exemplo do que pode o povo brasileiro”. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) parabenizou a ex-senadora Benedita da Silva pela iniciativa.

Líder do governo, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) aplaudiu o fato de o Senado estar oficializando a língua de sinais, “que tem muito da criação brasileira, além de uma forma extremamente expressiva”. Os senadores Ademir Andrade (PSB-PA) e Casildo Maldaner (PMDB-SC) também se regozijaram com a aprovação.

Na ocasião, a senadora Heloísa Helena (PT-AL) pediu que o Senado possa ter suas sessões plenárias transmitidas para todo o país também na língua dos surdos.

O presidente da Casa, Ramez Tebet, anunciou que já existe projeto em andamento para que a idéia se torne realidade. Ele acrescentou que a Mesa se congratulava com os surdos ali presentes.

## Funcionário do Senado terá plano de cargos e salários

O Plenário aprovou ontem, em votação nominal, projeto de resolução que unifica as tabelas de vencimentos básicos da remuneração dos servidores do quadro efetivo de pessoal do Senado e de seus órgãos supervisionados, criando plano de cargos e salários para a Casa. Foram registrados 41 votos favoráveis, 10 con-

trários e 7 abstenções. A matéria vai agora a promulgação.

A unificação terá efeito a partir deste ano, com a implantação, em até quatro anos, dos acréscimos eventualmente decorrentes nas despesas de pessoal do Senado, observando-se sempre os limites impostos pela Lei de Responsabilidade Fiscal.

O presidente do Senado, Ramez Tebet, explicou, em resposta aos questionamentos dos senadores Roberto Requião (PMDB-PR) e Jefferson Péres (PDT-AM), que, com o plano de cargos e salários, a folha de pagamento da Casa sofrerá acréscimo de 15% anualmente, até o ano de 2005.

Antes de ser votada, a maté-

ria recebeu críticas de Requião. Ele apresentou emenda ao projeto, concedendo aumento salarial linear de 20% para os servidores da Casa. O relator do projeto na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, senador Moreira Mendes (PFL-RO), rejeitou a mudança sugerida por Requião.

## Carlos Wilson: Lei Orçamentária prevê recursos para reajuste

Relator designado pela Comissão Diretora do Senado, o senador Carlos Wilson (PTB-PE), primeiro-secretário da Mesa, disse que o projeto que cria novo plano de cargos e salários para os servidores do Senado, aprovado ontem, tem um objetivo bem mais amplo que o mero reajuste de salários. Ele observou que a previsão de recursos para a unificação de tabelas foi incluída no Orçamento 2001 e consta da Lei Orçamentária de 2002.

De acordo com Carlos Wilson, a mudança simplifica e moderniza a estrutura remuneratória da Casa, tornando-se semelhante à praticada na Câmara dos Deputados. Ainda segundo o senador, a implementação das novas tabelas se fará com redutores, só sendo concluída em quatro anos. Ele também ressaltou que, com o plano, o Senado extingue 2.948 funções comissionadas.

Já o senador Roberto Requião (PMDB-PR) protestou contra a

urgência com que o projeto foi votado. Ele disse reconhecer que, sem a rápida aprovação, os reajustes não poderiam ser implementados. Por isso, sugeriu a concessão de aumento salarial linear de 20% e pediu mais tempo para analisar a mudança no plano de carreira. A emenda acabou sendo rejeitada pelo relator na CCJ (veja matéria acima).

Como base para sua argumentação de que o projeto aprovado contém falhas, Requião leu documento que elenca supostas irregularidades no texto. Após a leitura, ele sustentou que nenhum senador poderia ter idéia concreta das conseqüências do novo plano de carreira.

Carlos Wilson questionou o documento lido e disse ter recebido o mesmo texto com o título de “Trem da Alegria”, definido por ele como apócrifo. Ele sustentou que o projeto aprovado não propõe a admissão de novos servidores nem a criação de cargos, como afirmava o documento.

## Proposta foi defendida pelo relator na Comissão de Justiça

Relator do projeto de resolução na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) recomendou a aprovação do plano de cargos e salários e rejeitou a emenda de Roberto Requião (que propunha aumento linear de 20%), por considerar que ela criava despesa sem apontar a fonte de recursos.

Falando em seguida, o senador Gilvam Borges (PMDB-AP) mostrou-se surpreso com “posicionamentos demagógicos” e considerou “muito pouco” o que os servidores do Senado ganharão com a unificação das tabelas.

Pedindo uma comparação entre o que ganham os funcionários dos três Poderes, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) definiu como “astronômicas” as diferenças entre as remunerações, e também criticou servidores do Senado que se recusariam a trabalhar em

tempo integral.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM), mesmo reconhecendo que os funcionários deveriam receber aumento, afirmou que não poderia votar um projeto que objetivamente não conhecia, e que, a seu ver, contém inconstitucionalidades.

— Como votar esse projeto sem passar pelas comissões, sem um estudo técnico de entidade autônoma, ouvidas apenas as associações de servidores, que se manifestaram em causa própria? — indagou.

Já o senador Romero Jucá (PSDB-RR) disse que o projeto fazia justiça aos servidores, embora ele entendesse que aumento de salário só podia ser concedido por projeto de lei. O senador Amir Lando (PMDB-RO) disse que o projeto de resolução era o procedimento legislativo correto para tratar do assunto.

# Reforma do Judiciário será enviada ao Plenário

Relator Bernardo Cabral anunciou ontem conclusão do texto final da proposta de emenda à Constituição, após as últimas modificações que fez no seu parecer, acatando emendas e sugestões apresentadas na Comissão de Justiça

O presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), anunciou ontem que está pronto para ir a Plenário o texto final da proposta de reforma do Poder Judiciário, após as últimas modificações feitas no seu parecer, como relator, com o acatamento de emendas e sugestões que foram apresentadas.

Bernardo Cabral leu os itens básicos por ele modificados no texto que irá a discussão, sendo elogiado pelo senador Osmar Dias (PDT-PR), então na presidência dos trabalhos, para quem o relator agiu com "extrema competência" na condução da matéria.

— Cremos, agora, que o texto espelha fielmente as decisões desta comissão quanto à reforma do

Judiciário, estando apto, portanto, para ser finalizado e submetido ao Plenário do Senado Federal — disse o senador, que fez um resumo das 11 modificações finais que introduziu na matéria.

Entre as mudanças realizadas, Bernardo Cabral relacionou a alteração do artigo que inclui ministro do Superior Tribunal Militar entre os membros do Conselho Nacional de Justiça, conforme emenda aprovada na Comissão de Justiça. Também acatou emenda que proíbe o nepotismo (emprego de paren-



Parecer de Bernardo Cabral proíbe o nepotismo no âmbito dos órgãos da Justiça

tes) no âmbito da jurisdição de cada Tribunal ou Juízo por quaisquer dos seus membros ou juízes vinculados.

Célio Azevedo

## Prisão para mau gestor de previdência complementar

Os administradores de entidades fechadas de previdência complementar que cometerem abusos, desvios e má gestão dos recursos dessas entidades vão ser responsabilizados criminalmente, conforme projeto de lei do senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA) aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O projeto estabelece penas de cinco a oito anos de reclusão para aquele que gerir os recursos da entidade com o objetivo de lucro para si ou para outrem, ou dolosamente, causando prejuízo aos seus assistidos.

Incorrerão também nas mesmas penas os procuradores com poderes de gestão, os membros de conselhos estatutários, interventores, liquidantes, administradores dos patrocinadores ou instituidores, atuários, auditores independentes, avaliadores de gestão e outros profissionais que prestem serviços técnicos à entidade, diretamente ou por inter-

médio de pessoa jurídica contratada, que tenham concorrido para a prática do crime.

Ao conceder parecer favorável ao projeto, o senador Waldeck Ornélas (PFL-BA) ressaltou que há no Brasil, atualmente, cerca de 360

entidades de previdência complementar que, juntas, têm um patrimônio de R\$ 128 bilhões, quase 12% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro.

Além de terem se tornado potências econômicas, argumenta Ornélas, muitos fundos se destacaram na

mídia devido a escândalos financeiros. "Houve muitos protestos, mas pouca atenção foi dedicada aos responsáveis pelas decisões catastróficas que acabaram em negócios desastrosos com o dinheiro alheio", disse. Segundo o senador, alguns ex-dirigentes desses fundos conseguiram transformar salários, em média inferiores a R\$ 10 mil brutos, em fortunas superiores a R\$ 2 milhões.



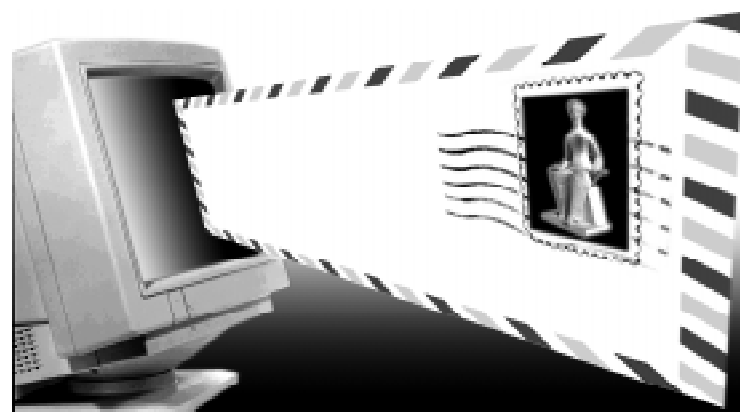
Antonio Carlos Júnior propõe penas de cinco a oito anos de reclusão

Roosevelt Pinheiro

## Correio eletrônico pode ser usado em processos

O sistema de transmissão de dados e o correio eletrônico operado por intermédio de computadores poderão ser utilizados nos atos processuais, sem prejuízo de comprovação futura com documentos originais, conforme estabelece projeto do senador Osmar Dias (PDT-PR) aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

O relator, senador Roberto Requião (PMDB-PR), disse em seu parecer favorável que a inclusão do correio eletrônico vai facultar às partes a utilização expressa dos sistemas alternativos para a transmissão de dados e imagens, introduzindo meio da mais alta aplicabilidade no mundo moderno, sem prejudicar a formalidade processual, como exibição dos originais e cumprimento dos prazos.



Segundo Requião, a medida, que altera a Lei nº 9.800, servirá também para evitar interpretação restritiva por parte dos tribunais e dotar os litigantes de mais um meio moderno de comunicação cada vez

mais ao alcance de todos.

Pela proposta, o artigo 1º daquela lei ficará com a seguinte redação: "É permitida às partes a utilização de sistema de transmissão de dados e imagens tipo fac-símile ou outro similar, para a prática de atos processuais que dependam de petição escrita".

## Proposta amplia ação da Justiça do Trabalho

A Justiça do Trabalho poderá ter sua competência ampliada, de modo a julgar também litígios nos contratos de prestação de serviços por pequenas empresas e autônomos, ainda que não haja nenhum vínculo de emprego. É o que estabelece projeto de lei do senador Iris Rezende (PMDB-GO), com parecer favorável do relator, senador Casildo Maldaner (PMDB-SC), aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Pela proposta, passarão à competência da Justiça do trabalho as lides entre os tomadores de serviços e usuários, de um lado e, do outro, os representantes comerciais autônomos; corretores; transportadores autônomos; empreiteiros e subempreiteiros; parceiros ou arrendatários rurais; e cooperativas de trabalho. Do mesmo modo, irão para a Justiça do Trabalho as lides entre as cooperativas de trabalho e os seus associados.

Segundo Casildo Maldaner, o grande mérito da proposta de Iris Rezende é "agrupar no campo da justiça social lides que se fundamentam na realização de trabalho, mesmo que este não tenha sido realizado sob a forma de um emprego tradicional". Se houver dúvidas sobre a natureza da relação, explica o relator, o próprio juiz trabalhista definirá o direito aplicável, poupando, dessa forma, trâmites burocráticos e agilizando a solução do conflito.

## Aprovada medida que evita arquivamento de projetos

Proposta aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), de autoria do senador Ademir Andrade (PSB-PA), amplia os casos em que uma matéria em tramitação no Senado não pode ser arquivada no final de uma legislatura. Atualmente, o Regimento prevê que não poderão ser arquivadas, no final da legislatura, as matérias originárias da Câmara dos Deputados ou por ela revisadas, ou aquelas com parecer favorável das comissões.

De acordo com o projeto de resolução, que contou com pare-



Proposta acolhida pela CCJ é de autoria de Ademir Andrade

Roosevelt Pinheiro

cer favorável do relator, senador Luiz Otávio (PPB-PA), também não poderão ser arquivadas no final da legislatura as matérias de autoria de senadores que permaneçam no exercício de mandato; as apresentadas por senadores no último ano da legislatura; as de competência exclusiva do Congresso Nacional; e as matérias que, embora estejam em tramitação há duas legislaturas, tenham a continuidade da sua tramitação requerida por um terço dos senadores e tenha, aditivamente, o seu desarquivamento aprovado pelo Plenário do Senado.

## Projeto garante mais recursos para capacitação profissional

O poder público e as entidades e empresas por ele controladas repassarão às cooperativas e associações recursos financeiros, tecnológicos e materiais destinados à capacitação de trabalhadores, segundo projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Apresentado pelo Executivo, o projeto, disse o relator, senador Osmar Dias (PDT-PR), objetiva direcionar a atividade estatal para a criação de cooperativas cujos membros sejam integrantes de comunidades carentes ou de associações voltadas para a formação

profissional e a geração de empregos em regiões de baixa renda.

Pela proposta, "o poder público apoiará ações que incentivem a criação, consolidação e capacitação de associações e cooperativas de trabalho cujos membros sejam integrantes de comunidades carentes, com reconhecimento por autoridade pública estadual ou municipal".

O projeto estabelece que os recursos repassados poderão ser objeto de compensação mediante o fornecimento de bens e serviços pelas associações comunitárias e cooperativas beneficiadas.

## Mulher pode ter prioridade na concessão de casa própria

Os programas de produção e distribuição de moradias promovidos pelo poder público, com recursos da União e que não exijam contrapartida financeira dos adquirentes, darão prioridade à mulher na concessão do imóvel. É o que prevê projeto de lei aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

De autoria do senador Mauro Miranda (PMDB-GO), o projeto, segundo a senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE), objetiva reduzir as diferenças estabelecidas pela sociedade à ascensão da mulher, principalmente a de baixo poder aquisitivo.

A proposta estabelece também que os programas habitacionais do governo destinados às famílias de baixa renda terão obrigatoriamente que destinar metade de suas unidades a mulheres.

Em seu parecer, favorável ao projeto, Maria do Carmo disse que

a falta de oportunidades que a mulher enfrenta para garantir a sobrevivência da família é hoje grave preocupação no país.

Ao justificar a proposta, Mauro Miranda lembra que as mulheres, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), são maioria no Brasil, representando 51% da população.

Ele afirma ainda que há mulheres em situação de extrema pobreza, tendo de enfrentar escassez de bens, mercados inacessíveis e poucas oportunidades de emprego. "Considere-se também que as mulheres costumam receber salários inferiores aos dos homens, mesmo quando ocupam posições semelhantes às deles. Muitas mulheres somente têm acesso ao mercado informal de trabalho, que paga a elas salários ainda menores. Tudo isso leva a uma dificuldade intransponível na aquisição de casa própria", argumentou o senador.

## CCJ concorda com transferência da INB para o Rio de Janeiro

A sede e foro da empresa de economia mista Indústrias Nucleares do Brasil S/A (INB), antiga Companhia Brasileira de Tecnologia Nuclear (CBTN), serão transferidos de Brasília para o Rio de Janeiro, conforme projeto de lei aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, com parecer favorável do relator, senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA). O Plenário ainda deverá deliberar sobre a transferência.

A proposta permite também que a INB, ligada à Secretaria de Assun-

tos Estratégicos da Presidência da República, possa estabelecer laboratórios, unidades industriais e escritórios em qualquer parte do território nacional.

O relator explicou que a maior parte das atividades da INB está concentrada no estado do Rio de Janeiro, sede de fato dos negócios e de duas fábricas.

Entretanto, como as assembleias têm de ser realizadas na sede da companhia, estabelecida em Brasília, vêm sendo acarretadas despesas desnecessárias com processos administrativos e passagens.

# Comissão aprova PEC que libera coligação partidária

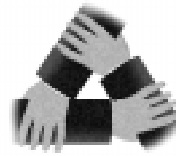
Proposta altera texto constitucional a fim de permitir que partidos políticos façam as alianças que quiserem para disputar as eleições

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem proposta de emenda à Constituição permitindo que os partidos façam as coligações que quiserem, sem necessidade de que as estaduais repitam as realizadas nacionalmente, conforme foi o entendimento do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Ao dar parecer favorável à PEC, de autoria do senador Bernardo Cabral (PFL-AM), o senador José Fogaça (PPS-RS) ressaltou que o legislador, ao elaborar o artigo 17 da Constituição de 1988, não pretendia determinar a verticalização nacional e compulsória das coligações em cada evento eleitoral. Essa interpretação, dada recentemente pelo TSE, foi "um equívoco", disse Fogaça.

A verticalização, segundo Fogaça, "leva a uma verdadeira ditadura das cúpulas nacionais, a uma forma de intervenção nos órgãos estaduais dos partidos". Para ele, a Lei Eleitoral limita as coligações ao âmbito de cada circunscrição, ao definir que, "nas eleições presidenciais, a circunscrição será o país; nas eleições federais e esta-



Parecer de José Fogaça (foto menor) foi acatado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (acima)



duais, o estado; e nas municipais, o respectivo município".

— As circunscrições são legalmente distintas, logo não há como esta-

belecer qualquer forma de vínculo entre as candidaturas respectivas. O princípio fundamental da Constituição é o da liberdade e autonomia dos partidos políticos. Quer dizer, o partido pode, mediante decisão em convenção nacional, impor a verticalização, com efeito legal. Mas será sempre objeto de decisão autônoma do partido.

Fogaça argumentou que nenhum órgão estatal pode ser fiscal da ideologia ou da coerência dos partidos. O artigo 17 da Constituição, afirma, atinge o cerne do comando partidário ao impor a vinculação das coligações, ditando-

lhe um comportamento de modo a exigir uma imagem coerente ideológica.

"Trata-se de uma violência contra a liberdade de opinião."

Pela modificação proposta, o artigo 17 da Constituição ficaria com a seguinte redação no seu parágrafo 1º: "É assegurada aos partidos políticos autonomia para definir sua estrutura interna, organização e funcionamento e para adotar os critérios de escolha e o regime de suas coligações eleitorais, sem obrigatoriedade de vinculação entre as candidaturas em nível nacional, estadual, distrital ou municipal, devendo seus estatutos estabelecer normas de disciplina e fidelidade partidária".

## Negros serão beneficiados com bolsas de estudo

Os alunos brasileiros afro-descendentes terão prioridade absoluta de acesso a bolsas de estudo concedidas por instituições de ensino que gozam de incentivo fiscal previdenciário previsto em lei, de acordo com projeto de lei aprovado ontem, em caráter terminativo, pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Apresentado pelo senador Waldeck Ornélas (PFL-BA), o projeto deverá beneficiar também os descendentes dos índios brasileiros, conforme sugestão do senador Roberto Requião (PMDB-PR) acatada pelo relator,



Ornélas é autor do projeto que favorece os afro-descendentes

senador Antonio Carlos Júnior (PFL-BA).

Para Requião, caberá à Justiça, provavelmente, a decisão sobre a ascendência dos que pleitearem o benefício, já que a grande maioria da população brasileira tem origem africana ou indígena. Ele ressaltou, contudo, ser

amplamente favorável ao mecanismo da discriminação positiva para reduzir os efeitos históricos de segregação contra os negros. O senador Osmar Dias (PDT-PR) sugeriu que o projeto passasse a tramitar em conjunto com proposta que estabelece cotas para os negros nas

universidades federais e nos órgãos públicos, de autoria do senador José Sarney (PMDB-AP).

Ao justificar a matéria, Waldeck Ornélas disse que os negros e pardos no Brasil constituem 43,5% da população. E 64% dos pobres do Brasil são negros, percentual que atinge 69% quando se observa o total de indigentes. "Depois de 114 anos da abolição da escravatura, precisamos caminhar no sentido de uma reparação para com a raça negra."

Ornélas afirmou que a renúncia fiscal na área previdenciária soma hoje R\$ 800 milhões, recursos que podem ser utilizados de forma efetiva para dar oportunidades de educação aos descendentes dos negros.

# Osmar Dias denuncia discriminação e desvio dos objetivos do Banco da Terra

Senador admite apresentar requerimento na Comissão de Assuntos Sociais convocando o secretário-executivo do fundo, Max Bezerra, para debater as denúncias em audiência pública

O senador Osmar Dias (PDT-PR) denunciou ontem que o Banco da Terra – fundo criado pelo governo federal para financiar programas de reordenação fundiária e de assentamento rural – vem discriminando estados na liberação de recursos, descumprindo seus objetivos e divulgando informações falsas sobre o número de beneficiados. Por esses motivos, ele informou que está analisando a apresentação de um requerimento na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) convocando o secretário-executivo do banco, Max Bezerra, para debater as denúncias em audiência pública.

Informando ter dados que comprovam que o Paraná vem sendo discriminado na liberação de recursos do Banco da Terra, Osmar cobrou que o repasse das verbas seja

feito a partir das necessidades e da demanda de cada estado, sem levar em consideração questões políticas. Também alertou para a necessidade de que sejam cumpridos os critérios e os objetivos que motivaram a criação do banco.

Segundo o senador, os financiamentos do Banco da Terra deveriam ser utilizados para a desconcentração de terras dos grandes latifúndios, que seriam divididos em lotes e vendidos a agricultores, suas cooperativas ou associações de produtores. Os recur-



Osmar Dias disse ter dados que comprovam que o Paraná vem sendo discriminado

tos também poderiam ser destinados para proporcionar a agregação de pequenos lotes inviáveis financeiramente. “Os objetivos do Banco da Terra estão sendo distorcidos”, afirmou.

Outra crítica feita por Osmar Dias foi à divulgação de informações falsas sobre o número de famílias beneficiadas pelos financiamentos. Baseado em relatório do próprio Banco da Terra, ele disse que estão computando como recursos disponibilizados os empréstimos

aprovados, mas cujo dinheiro ainda não foi liberado.

– Essa atitude desmoraliza um programa do governo que poderia ser o grande instrumento de distribuição de terras no país – opinou.

Em aparte, o senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) antecipou que assinará o requerimento de convocação do secretário-executivo, se Osmar Dias concluir que há necessidade da audiência pública na CAS. Ele acrescentou que em Santa Catarina várias pessoas têm comentado os desvios das finalidades do Banco da Terra. Como líder do governo, o senador Artur da Távola (PSDB-RJ) disse que encaminhará cópia do discurso de Osmar Dias ao Ministério da Reforma Agrária e pedirá que o senador paranaense receba respostas sobre as denúncias.

## Hartung quer definir regras para serviços de saneamento

O senador Paulo Hartung (PSB-ES) agradeceu ontem a presteza com que o presidente da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Bernardo Cabral (PFL-AM), colocou em votação, pela manhã, o projeto de lei que estabelece regras mínimas para as permissões de ser-



Hartung saúda aprovação de projeto no Senado e pede rapidez à Câmara

viços de saneamento. A CCJ aprovou o projeto por unanimidade e em caráter terminativo. A matéria segue agora para a Câmara.

Hartung anunciou que vai procurar o presidente da Câmara dos Deputados, Aécio Neves, para informá-lo da aprovação e pedir urgência na apreciação do projeto, sem que seja anexado às propostas que tratam da fixação do marco regulatório e definem as políticas para o setor.

– Tenho convicção que o Congresso dará à sociedade rápida resposta para que as decisões que envolvam a qualidade de vida da população não sejam apartadas do interesse público – afirmou.

A importância do projeto, disse

Hartung, está diretamente relacionada à prevalência do interesse público sobre o interesse dos governantes na hora de decidir quanto à concessão dos serviços de saneamento, “pondo um freio às privatizações temerárias, selvagens, divorciadas do interesse público”.

O senador explicou que a proposta não impede a concessão dos serviços de saneamento e que também não implica necessariamente em privatização do serviço, uma vez que a concessionária pode ser uma empresa pública. Segundo ele, o projeto estabelece apenas padrões mínimos a serem observados pelos concessionários, tais como não produzir ônus para o estado; objetivar a universalização; prazo máximo de concessão de dez anos, vedada a prorrogação; não implicar em transferência de patrimônio público; assegurar cota mínima de fornecimento gratuito às residências de baixa renda e adoção de tarifas progressivas por faixas de consumo.

## Projeto de Francelino Pereira reconhece profissão de artesão

Foi encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais (CAS), para exame em decisão terminativa, projeto do senador Francelino Pereira (PFL-MG) que reconhece a profissão de artesão. De acordo com a proposta, qualquer pessoa que desejar ser um artesão deverá, obrigatoriamente, possuir o devido registro



Francelino: artesanato é a base de sobrevivência de cerca de oito milhões de brasileiros

na Delegacia Regional do Trabalho (DRT), que terá validade em todo o território nacional.

O projeto estabelece ainda que o artesão poderá empregar jovens entre 14 e 18 anos na condição de aprendizes – eles poderão trabalhar sob a supervisão do profissional, aprendendo sua arte ou ofício. Para que isso ocorra, de acordo com a proposição de Francelino, o aprendiz de artesão deverá estar matriculado – e ter frequência – em escola de ensino fundamental ou médio, não obrigatoriamente profissionalizante.

Conforme o projeto, entende-se por artesão ou produtor artesanal o profissional que exerce ati-

vidade predominantemente manual para criação ou produção de obras que tenham expressão artística ou cultural, podendo, entretanto, usar pequenas máquinas ou aparelhos simples, desde que não sejam duplicadores de peças.

Para Francelino, o reconhecimento da profissão de artesão ou produtor artesanal faz-se necessário porque o artesanato é a base econômica de sobrevivência de cerca de oito milhões de brasileiros, que movimentam cerca de R\$ 28 bilhões anualmente.

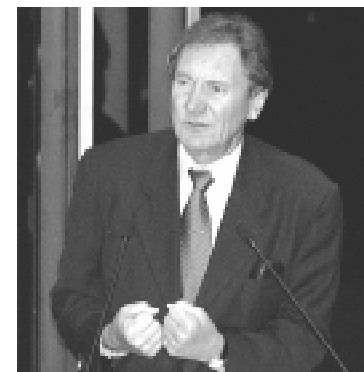
O senador acrescentou que a própria Associação Brasileira de Artesanato (ABA) vem buscando o fortalecimento do setor no que diz respeito a mercados compradores, gestão de negócios e financiamentos. Francelino disse também que o artesão gera emprego e renda, não podendo, portanto, ficar sem o devido reconhecimento de sua profissão, “digna como qualquer outra”.

## Carlos Bezerra registra feira agropecuária

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) anunciou a realização, durante esta semana, do AgrosShow do Cerrado, na cidade de Rondonópolis (MT). Segundo ele, trata-se da maior e mais moderna feira de produtos agropecuários realizada no país, com exposição de produtos e demonstração da moderna tecnologia de produção que atrai milhares de pessoas à região sul do estado do Mato Grosso.

Carlos Bezerra destacou que a região apresenta produtividade recorde nas lavouras de soja, milho e algodão, justamente em função da tecnologia de ponta que utiliza.

– Temos orgulho dessa grande festa, que reúne produtores, exportadores e técnicos ligados ao campo brasileiro. Até mesmo o ministro da Agricultura, Pratini de Moraes, prestigiou a nossa feira – disse o senador.



Maldaner destaca inovação tecnológica que criou empregos e promoveu o crescimento

## Maldaner propõe criação do Dia Nacional do Chester

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) anunciou ontem que encaminhou à Mesa do Senado proposta de criação do Dia Nacional do Chester. Ele explicou que a iniciativa se apóia no fato de que o chester – resultado de cruzamento entre o frango e o peru que resultou numa ave biotecnologicamente modificada para ter mais carne no peito – é uma criação da empresa Perdigão, de Santa Catarina, e faz um grande sucesso nos mercados brasileiro e internacional.

– A proposta de criar o Dia Nacional do Chester se dá em função da inovação tecnológica que criou empregos e promoveu o crescimento econômico de Santa Catarina – explicou o senador.



# Avança exame de norma para o Conselho de Comunicação

Ricardo Santos prevê que Comissão de Educação votará ainda este mês critérios para instalar o órgão consultivo do Congresso

O projeto de resolução que estabelece critérios para a instalação do Conselho de Comunicação Social – órgão consultivo do Congresso Nacional previsto na Constituição de 1988 – deve ser colocado em votação ainda neste mês. A previsão foi feita ontem pelo presidente da Comissão de Educação (CE), senador Ricardo Santos (PSDB-ES), durante encontro com representantes de empresas de comunicação, agências reguladoras e entidades de trabalhadores do setor.

Ricardo Santos solicitou a todos os convidados que apresentem eventuais sugestões de mudanças no projeto – apresentado em 1995 pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE) – até a próxima terça-feira. As sugestões, explicou, serão encaminhadas sob a forma de emendas ao relator da proposta, senador Carlos Wilson (PTB-PE), que está concluindo seu parecer.

– Uma vez aprovado o projeto de resolução, poderemos deflagrar o processo de escolha dos integrantes do conselho – anunciou o presidente da CE.

De acordo com o senador, a Mesa do Congresso Nacional encaminhará ofício às entidades representativas do setor, solicitando a indicação de listas tríplices de candidatos. Os nomes apontados serão analisados por uma comissão mista de senadores e deputados, a qual submeterá seu parecer a respeito das indicações



Ricardo Santos pediu sugestões aos representantes de empresas, agências reguladoras e trabalhadores do setor de comunicação

ao Plenário do Congresso.

Durante a reunião, alguns dos convidados lembraram que o setor mudou muito desde 1991, quando foi sancionada a lei que instituiu o Conselho de Comunicação Social. Por isso, sustentaram, poderia se pensar em ampliar o número de integrantes do conselho.

Essa opinião foi manifestada, por exemplo, pelo presidente da Associação Brasileira de Telecomunicações por Assinatura (ABTA), José Augusto Moreira. Em resposta, Ricardo Santos disse ser importante primeiro instalar o conselho, para depois se pensar na possibilidade de ampliá-lo. “Já será um grande passo se instalarmos o conselho com os 13 integrantes previstos”, afirmou.

O diretor do Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), Flávio Cavalcanti Júnior, lembrou que atualmente existem três entidades re-

presentativas do setor e questionou como se daria a escolha de seu representante. José Eduardo Dutra lembrou que situação semelhante existe em outros conselhos, como o do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), e sugeriu acordo entre as entidades, possivelmente por meio de rodízio.

Outros convidados questionaram a falta de espaço para seus setores no conselho, como a representante da Associação Nacional de Editores e Revistas, Ângela Rehem, e o diretor-presidente da Agência Nacional do Cinema (Ancine), Gustavo Dahl, para quem não faz sentido reservar uma vaga apenas às áreas de cinema e vídeo.

O número restrito de vagas no conselho, porém, foi apontado como positivo pela secretária-geral do Sindicato dos Trabalhadores e Técnicos em Espetáculos do Rio de Janeiro, Betti Pinho.

## CCJ analisa participação do capital estrangeiro

A proposta de emenda à Constituição (PEC) que permite a participação do capital estrangeiro nas empresas de jornalismo e radiodifusão será impreterivelmente votada na próxima quarta-feira pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), segundo garantiu o seu presidente, senador Bernardo Cabral (PFL-AM), após conceder vista coletiva da matéria na reunião de ontem.

Ao comentar o tema, o senador Roberto Requião (PMDB-PR), um dos autores do pedido de vista, anunciou que apresentará emenda restringindo a participação de pessoas jurídicas nas empresas de jornalismo e de radiodifusão apenas às empresas de capital nacio-



nal, excluindo as de capital estrangeiro. Para o senador, empresas do porte de “um Bradesco ou de um Itaú” podem perfeitamente suprir as atuais empresas do setor com os novos capitais para investimentos de que necessitam.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que seu partido também

deverá apresentar emendas à proposta, para aperfeiçoá-la com vistas ao interesse nacional. Essa mesma preocupação foi demonstrada pelo senador José Fogaça (PPS-RS), que sugeriu que o texto do parecer final do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), procure deixar claro que o limite de participação estrangeira nas empresas de comunicação, de 30%, deverá valer para todas as ações da empresa – para as ações ordinárias (com direito a voto no Conselho de Administração da companhia) e as preferenciais (sem direito a voto). O relator *ad hoc* da matéria, senador Moreira Mendes (PFL-RO), concordou com a sugestão de Fogaça.

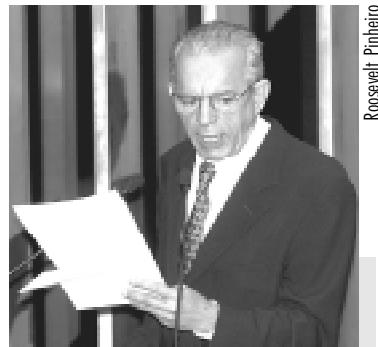
## Iris Rezende homenageia 64 anos do jornal “O Popular”

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) homenageou ontem os 64 anos da fundação do jornal *O Popular*, de Goiânia. Ele afirmou que o jornal é a referência maior de um complexo – a Organização Jaime Câmara – que se desdobra em jornais, emissoras de rádio, estações de televisão, serviços gráficos, produção de livros, CDs e vídeos, além de outras atividades empresariais.

O grupo, segundo o senador, se destaca pelo respeito à ética e à qualidade artística, mantendo compromisso com a cultura nacional. Ele lembrou ainda, que, hoje, a Fundação Jaime Câmara, mantida pela organização, completa 7 anos de intensas atividades culturais e patrocínio de projetos sociais.

Para comemorar essas datas, informou Iris, está sendo lançado o novo projeto de reforma gráfica e editorial de *O Popular*, atualizando e renovando o modelo de jornalismo praticado pela empresa, elaborado com base em subsídios colhidos junto à imprensa nacional e até em outros países durante meses de pesquisa.

Iris disse que a nova tendência de *O Popular* é reforçar a sua cobertura local, participando ativamente das ações da comunidade,



Iris Rezende destaca lançamento do novo projeto gráfico e editorial do jornal goiano

consolidando-se como um veículo aberto para a difusão dos fatos que marcam a vida e o cotidiano do povo.

Em aparte, Maguito Vilela (PMDB-GO) observou que o grupo Jaime Câmara prima pela ética e imparcialidade. Ressaltou o trabalho dos diretores da organização, presidida por Jaime Câmara Júnior, e da equipe de *O Popular*, comandada pelos editores Isanulfo Cordeiro, Cileide Alves, João Unes e André Rodrigues.

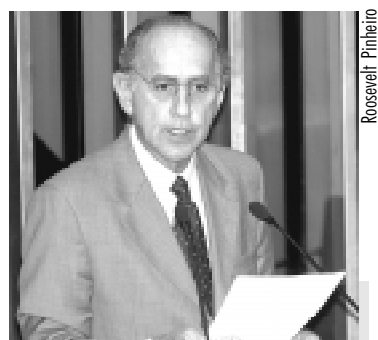
Mauro Miranda (PMDB-GO) destacou a credibilidade da Organização Jaime Câmara e parabenizou sua equipe, enquanto Lindberg Cury (PFL-DF) ressaltou o grande apoio dado pelo grupo empresarial à cultura goiana.

## Artigo de Washington Novaes tem elogio de Mauro Miranda

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) elogiou ontem artigo do jornalista e ambientalista goiano Washington Novaes publicado no jornal *O Estado de S. Paulo* com o título “Palavras de ordem da sucessão”, no qual afirma que o tema chave dessa eleição deve recair sobre a palavra “segurança”. O senador concorda com o articulista que caberá aos candidatos discutir a questão na perspectiva mais ampla possível.

De acordo com o senador, o medo de ser assaltado faz parte de um elenco maior de inseguranças sentidas pelo cidadão. Ele acrescentou que o pivô unificador de todas as propostas políticas voltadas à solução da questão será um programa nacional de multiplicação de emprego e renda.

Mauro cita Novaes quando se refere ao latino-americanista James Petras, que comparou dados sobre a violência e o desemprego juvenil em cinco países. Para o parlamentar, no Brasil de



Mauro Miranda alerta para taxa de desemprego e queda no rendimento do trabalhador

hoje essa realidade se traduz em uma taxa geral de desemprego de 6,7% e em uma queda no rendimento médio do trabalhador pelo 13% mês consecutivo.

– A seis meses da eleição, com uma Copa do Mundo no meio do caminho, ainda não é possível prever quem será o próximo presidente da República, mas desde já está colocada na mesa a espinhosa agenda que desafiará a criatividade e a capacidade de persuasão dos candidatos – afirmou Mauro.

# Contratos para escuta telefônica serão investigados

Conforme requerimentos aprovados ontem pela Comissão de Fiscalização e Controle, o Executivo deverá explicar a contratação da empresa Fence Consultoria Empresarial. O ministro da Saúde, Barjas Negri, será o primeiro a depor

A Comissão de Fiscalização e Controle (CFC) aprovou ontem dois requerimentos para que sejam investigadas as atividades da empresa Fence Consultoria Empresarial, que teria sido contratada pelo Ministério da Saúde para fazer escuta telefônica, conforme reportagem publicada pela revista *IstoÉ* em 20 de março sob o título "Poder Paralelo".

Os requerimentos, de autoria do senador Geraldo Althoff (PFL-SC), contaram com o apoio dos senadores do PFL que integram a comissão.

O primeiro requerimento solicita o comparecimento à CFC do ministro da Saúde, Barjas Negri, para prestar esclarecimentos sobre a contratação da empresa. O segundo requerimento propõe que a comissão fiscalize, com o auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU), todos os contratos firmados entre a União e seus órgãos da administração direta e indireta com a Fence. Para esse último requerimento, o presidente da comissão, senador Amir Lando (PMDB-RO), designou como relator o senador Jefferson Péres (PDT-AM), que deverá dar seu parecer em uma das próximas reuniões do colegiado.

— Pairam dúvidas sobre possíveis danos ao erário público que, aliados à repercussão das notícias



A CFC também acatou requerimento para realização de audiência sobre o Programa de Recuperação Financeira das distribuidoras de energia elétrica

veiculadas nos últimos dias, não podem passar despercebidos por esta comissão. É dever da CFC avaliar as contas dos administradores e demais responsáveis por dinheiros, bens e valores públicos dos órgãos mantidos pelo poder público federal, notadamente quando houver indícios de perda, extravio ou irregularidade de qualquer natureza que resulte prejuízo ao erário — justifica Althoff no primeiro requerimento.

O senador disse ainda, na justificativa do segundo requerimento, que "pairam suspeitas sobre possível prestação, pela empresa Fence, de serviços estranhos aos contratos e interesses públicos".

Na mesma reunião, a CFC aprovou requerimento solicitando o comparecimento à comissão do diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), José Mário Miranda Abdo, para informar sobre o Programa de Recuperação Financeira, com financiamentos públicos, das distribuidoras de energia elétrica.

A audiência pública, ainda sem data marcada, também deve contar com a presença do presidente da Eletronorte, José Muniz Lopes.

Foram aprovados ainda quatro avisos do Tribunal de Contas da União sobre auditorias realizadas em órgãos públicos. Essas matérias, conforme o regimento, seguem para o arquivo.

## Viana e Hartung querem convocar ministro da Saúde

Os senadores Tião Viana (PT-AC) e Paulo Hartung (PSB-ES) apresentaram ontem requerimento solicitando a convocação do ministro da Saúde, Barjas Negri, para prestar esclarecimentos ao Plenário do Senado sobre a participação de sua pasta na formulação da Política Nacional de Saneamento. O requerimento ainda deverá ser votado.

Tião Viana citou a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico 2000, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), segundo a qual a porcentagem de domicílios com rede coletora de esgoto no país em 2000 era de 33%, sendo que, do volume total de detritos coletados, apenas cerca de 35% recebem tratamento. Ainda de acordo com o estudo, em aproximadamente



Tião Viana pretende que Barjas Negri explique a Política Nacional de Saneamento

84% dos distritos onde não há tratamento, o esgoto é despejado *in natura* nos rios, o que compromete a qualidade da água e encarece e dificulta o seu tratamento pré-distribuição.

De acordo com a Organização

Mundial da Saúde (OMS), afirmou o senador, a água é veículo para diversas doenças que matam mais de 3 milhões de pessoas por ano em todo o mundo, a maioria delas crianças.

O parlamentar disse que estatísticas do Sistema Único de Saúde (SUS) mostram que doenças como diarreia, cólera, leptospirose, amebíase, hepatite infecciosa e esquistossomose foram responsáveis, em 2000, por mais de 800 mil internações na rede pública de saúde.

— Diante dessas considerações, é da maior urgência a vinda do ministro para que ele nos esclareça sobre a condução da política de saneamento básico e, em particular, sobre as novas metas, as possibilidades de financiamento e a definição das áreas prioritárias — explicou Tião Viana.

## Presidente da Novartis nega que tenha influenciado ONG

Em depoimento ontem à comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga irregularidades na atuação de organizações não-governamentais (ONGs) no Brasil, o presidente do laboratório farmacêutico Novartis, Andreas Strakus, negou que sua empresa tenha influenciado a decisão da ONG Núcleo de Apoio ao Paciente com Câncer (Napacan) de acionar o Ministério da Saúde para aquisição do medicamento Glivec, usado no combate à leucemia mielóide crônica.

Strakus confirmou que a empresa faz contribuições anuais de R\$ 50 mil à Napacan, o que, afirmou, não determina a ação da

ONG nem de sua presidente, Graça Marques, que, em depoimento na última reunião da CPI, também negou manter ligação com a empresa Novartis, apesar de receber recursos do laboratório.

Segundo Strakus, o resultado da atuação da ONG, que demandou na Justiça que o Sistema Único de Saúde (SUS) incluísse o Glivec entre os medicamentos sujeitos a reembolso pelo Ministério da Saúde, causou problemas à Novartis. Ele informou que, à época, o medicamento ainda se encontrava em fase de testes e não estava disponível no Brasil em quantidade suficiente para atender à população.



Andreas Strakus (à esquerda) depôs ontem na CPI que investiga irregularidades na atuação de organizações não-governamentais

## Senadores defendem limite ético para atuação de lobistas

Com base no caso que envolve o laboratório farmacêutico Novartis e a organização não-governamental Núcleo de Apoio ao Paciente com Câncer (Napacan), o senador Moreira Mendes (PFL-RO), que atuou como relator *ad hoc* da CPI das ONGs na reunião de ontem, sugeriu que o Congresso Nacional analise os limites éticos para o exercício do *lobby* por empresas ou setores econômicos no Brasil. A opinião foi compartilhada pelo presidente da CPI, senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), e pelo senador Tião Viana (PT-AC).

— Por que essa atividade não é regulamentada no Brasil, a exemplo do que acontece em outros países? Quando se fala em *lobby* aqui, há sempre a sensação de que

há alguma coisa errada por trás — afirmou Moreira Mendes.

Já o senador Tião Viana disse não considerar "saudável" uma ONG ser financiada por uma empresa multinacional e, ao mesmo tempo, influenciar na compra de medicamento ou outro produto da mesma empresa. Na opinião do senador, melhor seria se as ONGs apoiadas por uma empresa não tivessem atuação no mesmo setor em que a empresa oferece seus produtos.

— Precisamos ajustar a legislação para definir a fronteira ética da relação entre empresas, ONGs e governo. Essa é uma situação muito delicada — observou Tião Viana, que requereu a convocação do lobista Alexandre Paes dos Santos para que preste depoimento à CPI.



Célio Azevedo

Carlos Bezerra quer punir descumprimento de norma sobre fundo para ensino

## Fundef apresenta distorções, diz Carlos Bezerra

Por meio de projeto de lei, o senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) quer que o descumprimento da norma que instituiu o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (Fundef) seja considerado crime de responsabilidade. O senador propõe ainda medida que garanta que o Poder Executivo respeite o cálculo do valor mínimo de investimento por aluno. A matéria deve ser analisada pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE), cabendo à última a decisão terminativa.

Segundo Carlos Bezerra, o Fundef deveria ser um importante instrumento para reduzir as disparidades na aplicação de recursos no ensino fundamental, especialmente dentro dos estados e entre as redes estadual e municipais. No entanto, observa, os desequilíbrios interestaduais persistem, porque o valor mínimo nacional vem sendo definido de forma equivocada pela União.

O senador alerta para o fato de o Ministério da Educação (MEC) interpretar que o cálculo deve ser feito sobre o total de recursos arrecadados em cada estado e não em todo o país, como, na opinião de Carlos Bezerra, entendiam os legisladores. Assim, desde 1998, primeiro ano de aplicação do Fundef, o valor mínimo nacional por aluno tem sido fixado em valores inferiores aos esperados, determinando que a União tenha que complementar o investimento apenas em poucos estados.

— Essa situação foi responsável pela persistência de significativas desigualdades regionais na disponibilidade de recursos para aplicação no ensino fundamental. Em 1999, o valor médio disponibilizado para o Sudeste foi 90% maior que o conferido ao estudante no Nordeste — denuncia o senador.

# Responsabilidade técnica para a prática esportiva é debatida na CAS

A obrigatoriedade de um profissional de Educação Física como responsável por aulas de lutas marciais, capoeira, dança ou natação tem voto favorável do relator, senador Juvêncio da Fonseca

O professor de Educação Física deve ou não ser o profissional responsável pelas aulas de lutas marciais, capoeira, boxe, natação ou ginástica? A resposta para esta pergunta foi debatida, ontem, pela Comissão de Assuntos Sociais (CAS), que realizou audiência pública com professores e especialistas no intuito de colher informações técnicas para votar o projeto de lei que trata do assunto.

O relator do projeto na CAS, senador Juvêncio da Fonseca (PMDB-MS), já tem opinião formada: ele é a favor de que a assistência e a responsabilidade técnica dos cursos livres de lutas, natação e ginástica deverão, obrigatoriamente, ter um responsável habilitado em Educação Física, regularmente registrado no respectivo conselho regional.

— A prática física exige toda uma preparação científica, técnica e ética, que só mesmo o profissional habilitado em cursos superiores de Educação Física pode oferecer — argumentou Juvêncio da Fonseca. Para ele, é necessário proteger os praticantes de todas as modalidades esportivas contra “os curiosos” que, segundo observou, em sua grande maioria não têm as mínimas condições de mi-



Senadora Maria do Carmo (ao centro) presidiu a audiência pública, na Comissão de Assuntos Sociais, com professores e especialistas

nistrar aulas, colocando em perigo até a saúde dos atletas.

### POLÊMICA

A audiência pública foi requerida pelo senador Geraldo Cândido (PT-RJ). Ele acha que a matéria é polêmica e que necessita, portanto, de maior detalhamento técnico para que a comissão não aprove um projeto que pode trazer prejuízos a milhares de profissionais que atuam como professores em lutas marciais, ginástica e natação.

O professor Jorge Steinhilber, presidente do Conselho Federal de Educação Física (Confef), defendeu que a assistência e responsa-

bilidade técnica nas aulas de lutas, natação e ginástica devem estar nas mãos de um professor de Educação Física. O contrário, observou, poderia colocar em risco a própria integridade física e mental dos praticantes.

Para o presidente do Confef, os chamados instrutores habilitados pelas respectivas confederações esportivas não reúnem, em sua grande maioria, os requisitos essenciais para dar ao aluno uma boa formação. Muitas vezes, observou, eles chegam a ignorar o funcionamento do corpo e da mente humanos, que só um profissional habilitado, como o pro-

fessor de Educação Física, pode oferecer.

Já para o professor Roberto Leal, representante do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte, da Universidade de Campinas (Unicamp), exigir que as lutas, a ginástica e a natação sejam práticas de responsabilidade do professor de Educação Física “pode representar uma investida autoritária”, pois tanto o professor como até os habilitados por confederações podem deixar de reunir requisitos essenciais para ministrar os desportos. A seu ver, profissionais que militam há anos e que têm a confiança dos seus respectivos alunos ministram aulas sem nenhum problema técnico.

A audiência pública também reuniu representantes de dança, como Rosane Gonçalves, membro da Executiva Nacional de Dança e chefe da Divisão de Cultura da Universidade Estadual do Paraná. Ela criticou o projeto, lembrando que, pela proposta, a consagrada dançarina Ana Botafogo não possui condições técnicas para dar aulas por não ser formada em Educação Física. “A dança não é apenas uma atividade física. É uma arte que deve ser ministrada por quem realmente entende do assunto”, concluiu Rosane Gonçalves.

## Álvaro Dias ressalta importância da discussão sobre autonomia universitária

Os pré-candidatos à Presidência da República devem aproveitar o momento das eleições para debater a autonomia universitária, disse ontem o senador Álvaro Dias (PDT-PR). Ele divulgou trabalho do jornalista Gilmar Piola, que colheu a opinião de especialistas sobre o assunto, observando que as universidades federais já desfrutam de autonomia didático-científica, mas, para atender à demanda da nova economia e da sociedade do conhecimento, precisam de autonomia administrativa, financeira e patrimonial.

Álvaro Dias citou especialistas ouvidos por Gilmar Piola, entre eles Paul Singer, que vem chamando a atenção para dois desafios: a crise das especialidades tradicionais e a rápida expansão da de-

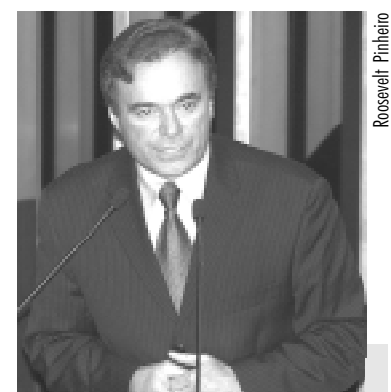
manda por profissionais dotados de conhecimentos gerais e, por isso mesmo, flexíveis, com capacidade de assumir diferentes funções e, sobretudo, de enfrentar soluções e problemas inéditos.

Isso, disse o senador, tem colocado a universidade pública diante de um dilema: de um lado, surgem exigências cada vez maiores da sociedade por formação competente do cidadão/profissional. No outro extremo, estão uma corporação utilitarista e uma política de ensino superior imediatista, que fazem tudo para sufocá-la.

Para a professora e ex-vice-reitora da Universidade Federal do Paraná, Maria Amélia Sabagg Zainko, também ouvida pelo jornalista, apenas esses dois desafios seriam suficientes para causar

uma revolução nas universidades, que não estão preparadas para enfrentá-los. Ela explica que na atual estrutura organizacional da universidade há prevalência das estruturas administrativas sobre as pedagógicas.

O senador citou também o economista Cláudio de Moura Castro, o qual afirma que “nenhum novo modelo de universidade será pior do que o atual”. O trabalho traz, ainda, a opinião do reitor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, José Henrique Vilhena, que critica a ineficiência das universidades federais. O ex-reitor da Universidade de Brasília e ex-governador do Distrito Federal Cristovam Buarque, também ouvido pelo jornalista, defende a autonomia universitária nos moldes da experiên-



Roosevelt Pinheiro

Álvaro defende que o ensino superior no país seja público e gratuito

cia paulista e a transferência do ensino superior da alçada do Ministério da Educação para o Ministério da Ciência e Tecnologia.

Ao encerrar, Álvaro Dias pediu aos pré-candidatos à Presidência da República que exponham com clareza suas propostas sobre a autonomia universitária e defendeu a manutenção do ensino público gratuito no país.

# Lindberg pede cumprimento de resolução da ONU

Parlamentar propõe que Senado envie correspondência oficial ao governo de Israel cobrando cessar-fogo imediato e retirada de forças militares que invadiram Ramallah. Ele diz que povo palestino está sofrendo “verdadeiro massacre”

Em discurso ontem, o senador Lindberg Cury (PFL-DF) pediu que o Senado envie correspondência oficial ao governo israelense cobrando o cumprimento da Resolução 1.402 da Organização das Nações Unidas (ONU). A resolução exige um cessar-fogo imediato por parte de palestinos e israelenses e a retirada das forças israelenses da cidade de Ramallah.

O parlamentar afirmou que o povo palestino vem sofrendo “um verdadeiro massacre” pelas tropas de ocupação de Israel. Qualificou o primeiro-ministro israelense, o general Ariel Sharon, de belicista e disse que as ações por ele comandadas têm o apoio explícito dos Estados Unidos. Acusou Israel de não respeitar sequer a cidade santa de Belém, onde nasceu Jesus Cristo.

— Aliás, o governo israelense não tem respeitado nada. Para ele, nada significa a vida humana —



Lindberg: Israel não respeita sequer a cidade santa de Belém, onde nasceu Jesus Cristo

afirmou o senador.

Para Lindberg Cury, um “exemplo claro” da arrogância do governo israelense é o cerco ao líder palestino Yasser Arafat, “confinado a uma sala sem luz, sem água e sem comida”. Para o senador, esse é “um ato extremo de humilhação, sem precedentes, ao líder de um povo”.

O representante do Distrito Federal no Senado afirmou que as mulheres, crianças e idosos mor-

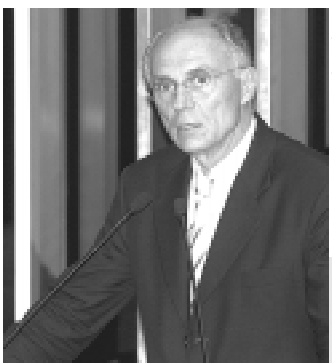
tos já são contados aos milhares. Segundo ele, morreram pelo “crime de terem nascidos palestinos e estarem lutando por uma terra que lhes pertence”. O senador leu trechos do pronunciamento do embaixador da Palestina no Brasil, Mussa Omer Odeh, a integrantes do grupo Tortura Nunca Mais, no qual são citados os assassinatos de 836 crianças e ferimentos em outras 21,5 mil, entre os mais de 2,3 mil mortos e 43 mil feridos no conflito.

Em aparte, Geraldo Cândido (PT-RJ) propôs que o Senado envie ao governo israelense voto de censura e repúdio. Maguito Vilela (PMDB-GO) afirmou que a situação irá perdurar enquanto não forem cumpridas as resoluções da ONU.

Roberto Saturnino (sem partido-RJ) afirmou que é Israel quem está perdendo a guerra, ao perder a força moral do povo judeu que levou à criação de seu Estado, após o massacre nazista. Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse que a busca da paz no Oriente Médio é preocupação de todos os brasileiros.

## Suplicy lê nota em que o PT condena ataques israelenses

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) leu em Plenário nota do Partido dos Trabalhadores condenando a política do governo de Israel de ataques ao território palestino e a Yasser Arafat. Nela, o partido exige salvaguardas para a vida e o direito



Suplicy: nota defende retirada das tropas de Israel que invadiram território palestino

de ir e vir do presidente da Autoridade Nacional Palestina, ao mesmo tempo em que apóia a formação de uma “força de interposição”, sob o controle da Organização das Nações Unidas (ONU), para garantir o cessar-fogo e o cumprimento da resolução que cria o Estado palestino.

A nota, assinada pelo presidente nacional do PT, deputado José Dirceu (SP), e pelo secretário de Relações Internacionais do parti-

do, deputado Aloizio Mercadante (SP), foi lida por Suplicy em aparte ao discurso do senador Lindberg Cury. Nela, o partido apóia o plano de paz da Liga Árabe como base para a construção de paz duradoura que retome as diretrizes definidas nos Acordos de Oslo.

O PT pede o imediato cessar-fogo e a retirada das tropas de Israel de todas as áreas sob o controle da Autoridade Nacional Palestina, respeitando as fronteiras anteriores à guerra de 1967. O texto condena tanto a violência cometida pelo Exército israelense contra a população civil palestina e a imprensa estrangeira como os atos terroristas contra a população civil de Israel.

Ministro Celso Lafer comparece hoje ao Senado



## Celso Lafer fala ao Senado sobre posição do Brasil

O ministro das Relações Exteriores, Celso Lafer, comparece hoje, às 11h30, ao Plenário para prestar esclarecimentos sobre a posição do governo brasileiro em relação à medida protecionista americana de sobretaxar o aço brasileiro. Lafer deve responder também sobre a posição do Brasil frente ao conflito no Oriente Médio, entre Israel e a Autoridade Palestina.

O requerimento para a convocação de Lafer para falar sobre a questão do aço é de autoria dos senadores Paulo Hartung (PSB-ES) e Romero Jucá (PSDB-RR). Hartung assinou também, em companhia de Eduardo Suplicy (PT-SP), o requerimento para que Lafer inclua em seus esclarecimentos a crise do Oriente Médio.

## Maguito Vilela quer intervenção internacional no Oriente Médio

O senador Maguito Vilela (PMDB-GO) apresentou como único caminho para se obter a paz no Oriente Médio uma intervenção internacional na região. Para o parlamentar, “sem uma ação vigorosa da ONU (Organização das Nações Unidas) e dos Estados Unidos, toda tentativa de se pôr fim à violência não vai dar em nada”.

Maguito disse que o isolamento dos extremistas, possível somente com a intervenção internacional, “é o único meio para a retomada do diálogo e o fim das mortes que se acumulam”. Ele lembrou que o presidente da Autoridade Nacional Palestina, Yasser Arafat, se mostra impotente para conter os atentados perpetrados por radicais palestinos contra civis israelenses, enquanto o primeiro-ministro de Israel, general Ariel Sharon, “mostra-se, ele próprio, um radical de extrema-direita, que subiu ao poder sob o impulso da violência”.

— Se a questão ficar restrita a palestinos e israelenses, a tendência é que essa verdadeira carnificina humana continue em escalas cada vez maiores, num processo sem fim — afirmou.

Maguito lembrou que, em casos semelhantes — como nos conflitos na Bósnia, em Ruanda, Kosovo e Angola —, as intervenções da comunidade internacional sempre



Maguito: isolamento dos extremistas é único meio para retomada do diálogo

resultaram na diminuição e no fim das hostilidades.

— Não dá mais para fazer de conta que o problema não é com o Ocidente, enquanto seres humanos irmãos nossos morrem nos campos de batalha. A intervenção internacional é o único caminho para que os tratados celebrados pela ONU possam ser realmente cumpridos, instaurando-se os dois Estados independentes: um de Israel, outro da Palestina — afirmou.

Maguito citou o jornalista Clóvis Rossi, da *Folha de S. Paulo*, para quem “o mundo precisa de uma reforma na maneira como é governado”. O senador disse que essa reforma tem de começar pelo Oriente Médio, “onde o único caminho para a paz é fazer com que o diálogo possa se sobrepor ao radicalismo de parte a parte”.



## TEBET RECEBE NOVO EMBAIXADOR NORTE-COREANO

O presidente do Senado, Ramez Tebet, recebeu ontem em seu gabinete o novo embaixador da República Popular Democrática da Coreia, Yu Chung Un, que apresenta hoje suas credenciais ao presidente da República, Fernando Henrique Cardoso.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Ramez Tebet, Edison Lobão, Carlos Wilson e Roberto Requião